

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a memória da Igreja Católica sobre a ditadura civil-militar

Mathews Nunes Mathias¹

Resumo: Este artigo toma uma declaração divulgada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 2014, na qual a entidade reconhecia o seu apoio ao golpe civil-militar de 1964, para refletir sobre os principais elementos da memória construída pela Igreja Católica brasileira a respeito da sua atuação política ao longo do regime militar. A partir de aspectos discutidos pela historiografia nos últimos vinte anos, este trabalho aponta questões a respeito da relação entre Igreja e ditadura que carecem de mais pesquisas e propõe uma discussão mais aprofundada a respeito dos impactos da memória construída pela CNBB no tempo presente.

Palavras-chave: CNBB; Ditadura civil-militar; Memória

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e vinculado ao Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) e ao EUROPA – Núcleo de Estudos em História Moderna e Contemporânea. É bolsista do CNPq. E-mail: mathewsmathias@id.uff.br

La Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (CNBB) y la memoria de la Iglesia Católica sobre la dictadura cívico-militar

Abstract: Este artículo toma un comunicado emitido por la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (CNBB) en 2014, en el que la entidad reconoció su apoyo al golpe cívico-militar de 1964, para reflexionar sobre los principales elementos de la memoria construida por el Iglesia católica brasileña sobre sus actividades políticas durante el régimen militar. A partir de aspectos discutidos en la historiografía de los últimos veinte años, este trabajo señala cuestiones sobre la relación entre Iglesia y dictadura que requieren mayor investigación y propone una discusión más profunda sobre los impactos de la memoria construida por la CNBB en la actualidad.

Keywords: CNBB; Dictadura cívico-militar; Memoria

Introdução

Em abril de 2014, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou uma declaração na qual reconhecia o seu apoio ao golpe de 1964, que derrubou o presidente João Goulart. Em nota intitulada “Por tempos novos, com liberdade e democracia”, o Conselho Episcopal Pastoral (Consep) e o então presidente da CNBB – o arcebispo de Aparecida dom Raymundo Damasceno Assis – afirmavam que o apoio da entidade à intervenção havia sido um “erro histórico” do qual “alguns setores da Igreja Católica fizeram parte”. Ao mesmo tempo, os bispos ressaltavam que a instituição não se omitiu diante da repressão imposta pelo regime militar e alertavam as “gerações pós-ditadura para que se mantenham atuantes na defesa do Estado Democrático de Direito”, reafirmando “o compromisso da Igreja com a defesa de uma democracia participativa e com justiça social para todos”.

A manifestação da CNBB se deu no contexto da efeméride dos cinquenta anos do golpe, quando os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 2012, amplificavam intensamente as discussões sobre violações de direitos humanos na ditadura, revelando os meandros da engrenagem da repressão contra opositores políticos – incluindo membros do clero católico –, que se tornou política de Estado entre 1964 e 1985. Não à toa, a nota da entidade católica saudava as investigações promovidas pela CNV, que teria por objetivo pagar a dívida histórica com as vítimas do regime militar, trazendo “à luz o que insiste em ficar escondido nos porões da ditadura”. Porém, em sintonia com certo espírito de reconciliação que vigorava nos editoriais da grande imprensa à época – e da própria presidente Dilma Rousseff –, a CNBB também ressaltava que a

intenção da Comissão da Verdade não era – nem jamais deveria ser – a vingança nem o revanchismo.

Nesse sentido, além de reforçar os valores que ensejaram a Lei da Anistia de 1979, a nota da CNBB se valeu dos trabalhos da CNV para reafirmar um aspecto muito importante da memória da Igreja Católica sobre a ditadura civil-militar, que diz respeito à resistência da instituição ao regime que se seguiu à derrubada de João Goulart. A rigor, desde os anos 1970, a CNBB é reconhecida como uma das maiores adversárias do regime militar. No panteão dos grandes heróis da resistência contra a ditadura, figuras como dom Hélder Câmara, dom Paulo Evaristo Arns e dom Luciano Mendes são lembradas como exemplos de coragem por terem denunciado a tortura e acolhido presos políticos em suas dioceses. Não à toa, vários grupos católicos reivindicam a beatificação de dom Hélder e dom Luciano^{III}. Na verdade, de acordo com determinada memória defendida por segmentos eclesiais^{IV}, eles já são quase santos. Entretanto, a celebração de figuras como dom Hélder e dom Arns fez com que, por muito tempo, um grande silêncio prevalecesse sobre a postura assumida pela CNBB em 1964.

Em 2014, o reconhecimento – tardio – da CNBB sobre o seu apoio ao golpe civil-militar, em certa medida, quebrou o silêncio da instituição sobre o seu papel durante a ditadura para além da conhecida resistência de parte dos seus membros. Porém, o texto “Por tempos novos, com liberdade e democracia” não ajudou a desanuviar muitas complexidades da atuação da hierarquia católica ao longo do regime, deixando de reconhecer a sua responsabilidade institucional diante do golpe e atribuindo o apoio ao movimento civil-militar que derrubou Jango a apenas uma parcela da Igreja. Além disso, ao afirmar que, “no início, setores da Igreja apoiaram as movimentações que resultaram na chamada ‘revolução’ com vistas a combater o comunismo”, a CNBB adota uma narrativa segundo a qual a Igreja Católica teria se afastado do regime na medida em que

ele se militarizou, ou seja, “tão logo constatou que os métodos usados pelos novos detentores do poder não respeitavam a dignidade da pessoa humana e seus direitos”^v.

Progressistas desde sempre?

A nota da CNBB em 2014 apresenta alguns aspectos importantes para a reflexão sobre a memória construída pela instituição em relação à ditadura. Em primeiro lugar, é interessante observar que, ao associar o apoio ao golpe a apenas uma parcela da instituição, a CNBB investe, implicitamente, na rígida oposição entre bispos conservadores e bispos progressistas, que por muito tempo dominou as análises sobre a Igreja Católica durante a ditadura. Segundo essa perspectiva, o apoio entusiasmado do clero católico ao golpe teria se restringido a poucos bispos ultraconservadores, como dom Geraldo Sigaud, de Diamantina, e dom Jaime Câmara, do Rio de Janeiro. Bispos *progressistas*, como dom Hélder Câmara e dom Paulo Evaristo Arns, teriam sido contrários à derrubada de Goulart desde as primeiras movimentações golpistas.

De fato, a posição da CNBB sobre o golpe civil-militar não foi unânime. Muitos embates envolveram os membros da entidade que, em maio de 1964, se reuniram para escrever uma declaração sobre a “revolução”. Segundo dom Waldyr Calheiros, então bispo de Volta Redonda, o clima da reunião foi tenso, em função de uma divisão entre os bispos, “de um lado aqueles que salientavam o ‘bem da revolução’, destacando-se a figura de dom Sigaud, que defendia a tese de que os militares haviam salvado o país do comunismo; de outro, a posição de alguns arcebispos que reclamavam da repressão sofrida por membros leigos da Igreja”^{vi}. No rascunho da declaração dos bispos progressistas, encontrada pelo historiador Kenneth Serbin na Biblioteca do Instituto Nacional de Pastoral, os prelados pressionavam pela condenação do “martírio” de católicos marcados pela repressão^{vii}. No entanto, a maioria dos arcebispos assinou a versão do texto em

que o clero agradecia profusamente às Forças Armadas por salvarem o Brasil do comunismo e pelo “êxito incruento de uma revolução armada”^{viii}. Foi precisamente essa declaração que motivou o *mea-culpa* da CNBB cinquenta anos depois, como se a manifestação de maio de 1964 tivesse sido a única vez em que os bispos haviam se aproximado dos militares durante a ditadura.

Ademais, é interessante registrar que, ao contrário de uma determinada memória defendida pela CNBB, mesmo os bispos que passaram à história como progressistas, caso de dom Hélder e de dom Arns, estiveram de acordo com o golpe ou evitaram se posicionar contra ele em razão do temor comunista. No caso de dom Arns, inúmeros textos sobre a sua trajetória costumam contornar as ambivalências da sua atuação religiosa. Na biografia intitulada *Dom Paulo Evaristo Arns, um homem amado e perseguido*, de Evanize Sydow e Marilda Ferri, publicada em 1999, as autoras produzem uma espécie de hagiografia, na qual dom Arns teria sido um progressista desde a pia batismal. Sem temer qualquer “ilusão biográfica”^x, Sydow e Ferri apresentam os posicionamentos de dom Arns a favor da justiça social e dos direitos humanos como se eles já estivessem traçados desde os seus primeiros anos de vida. Nem uma palavra sobre o fato de dom Paulo ter se deslocado de Petrópolis, onde morava, a Três Rios para abençoar a chegada das tropas do general Mourão Filho ao Rio de Janeiro, em 1964, por exemplo^x.

Da mesma forma, pouco se fala sobre a proximidade entre dom Hélder e alguns militares, inclusive o marechal Humberto Castello Branco e o general Antônio Carlos Muricy, antes do golpe. Em 1964, dias depois da queda de Jango, ao tomar posse como arcebispo de Recife, dom Hélder reforçou seus laços com os setores marginalizados da sociedade, saudou as diretrizes do Concílio Vaticano II e reafirmou seu espírito de abertura ao dizer que ninguém deveria se espantar se o visse “com criaturas tidas como perigosas, da esquerda ou da direita, da situação ou da oposição, antirrevolucionárias ou revolucionárias”^{xi}. Porém, o

arcebispo evitou comentar o golpe desfechado dez dias antes do seu discurso^{xii}. A cordialidade deu o tom da relação entre dom Hélder e Castello Branco e, ao menos no início do governo, o arcebispo se absteve de criticar publicamente o novo regime. Como revelado por Elio Gaspari, “após ser empossado como presidente da República, o marechal Castelo Branco encontrou-se com dom Helder em cujo rosto rolou uma lágrima quando lhe contou que sua mulher tinha o hábito de ouvir suas pregações”^{xiii}. “Não é preciso mais ter medo”, disse o arcebispo ao presidente, “agora temos que nos unir e partir para um desenvolvimento com justiça, nesse nosso imenso país”^{xiv}.

Durante o primeiro ano de Castello Branco no poder, houve um clima de diálogo entre a arquidiocese de Recife, sob dom Hélder, e o IV Exército, sob o comando de Antônio Carlos Muricy. Segundo Nelson Pileti e Walter Praxedes, a relação do arcebispo com Muricy era quase de “lua de mel” e dom Hélder chegou a escrever em maio de 1964 que “o general Muricy está agindo como quem tem, regionalmente, a autoridade máxima e atuando como amigo de verdade. Graças a sua interferência decisiva, contornamos graves dificuldades”^{xv}. Nas palavras de Paulo César Gomes, naquele momento, o arcebispo de Recife “acreditava que os próprios militares poderiam converter a ‘revolução’ em uma democracia”^{xvi}. No entanto, ainda no primeiro ano de aniversário do golpe, as relações de dom Hélder com o regime começaram a mudar. Em 1965, o então arcebispo de Recife se recusou a celebrar a missa em ação de graças pela *revolução*. Esse ato foi visto como um protesto moral de dom Hélder contra as arbitrariedades do regime e encerrou uma amizade de trinta anos do arcebispo com Muricy, que morreu em 2000, sem se reconciliar com o bispo^{xvii}.

É bem verdade que tanto dom Hélder quanto dom Arns logo mudaram de posição em relação ao regime instaurado em 1964. O primeiro realizou uma verdadeira odisseia por vários países estrangeiros denunciando a tortura a presos

políticos no Brasil e desempenhou papel importante na defesa da democracia e dos direitos humanos, bem como na luta do movimento estudantil. O segundo teve a sua passagem pela arquidiocese de São Paulo (1970-1998) marcada pela intervenção a favor dos presos políticos do Brasil e de outros países da América Latina. Dom Paulo Arns fez visitas inesperadas aos presídios; denunciou abusos do regime nas missas e, quando possível, na imprensa; contactou autoridades nacionais e estrangeiras para solicitar ajuda para as vítimas dos arbítrios da repressão. Tudo isso está amplamente documentado e mereceu as atenções de vários pesquisadores, bem como as homenagens de diferentes entidades civis e da própria Igreja Católica. Porém, o foco na oposição representada destes e de outros bispos *progressistas* acabou obscurecendo suas tentativas de diálogo com os militares. Mais que isso, não raro, suas ações de resistência são tomadas como uma síntese da posição de todo o episcopado católico em relação ao regime militar.

Virada serbiniana

Sob esse aspecto, o lançamento do livro *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*, do historiador estadunidense Kenneth Serbin, em 2001, marcou uma virada nas análises sobre as oposições entre o episcopado católico brasileiro e a cúpula das Forças Armadas. Ao se debruçar sobre a Comissão Bipartite, um fórum secreto que reuniu representantes da Igreja e do Estado entre 1970 e 1974, o autor descortinou as intensas tentativas de diálogo entre bispos e militares, que recorreram à Comissão para discutir e resolver suas divergências com relação ao papel que deveriam exercer no Brasil. Com base em fontes sigilosas produzidas pelo regime, Serbin foi capaz de demonstrar como a Bipartite serviu como uma espécie de “conciliação de elites” com vistas a preservação da “concordata moral” que unia as Forças Armadas e a Igreja. A

novidade do trabalho de Serbin não foi apontar a existência de canais de diálogo entre os bispos e o Estado. Afinal, essa prática sempre caracterizou a história da Igreja Católica no Brasil. O mérito do autor consistiu, sobretudo, em questionar uma determinada memória que sustentava ter havido um rompimento das relações entre a Igreja e a ditadura na década de 1970. A análise aprofundada da Bipartite refutou a noção – superficial – de que as autoridades católicas que se opunham publicamente ao regime militar não assumiram posições conciliatórias ou buscaram entendimentos com os generais na esfera privada^{XVIII}.

O trabalho de Kenneth Serbin logo se tornou uma referência inescapável para as pesquisas sobre as relações entre Igreja Católica e ditadura no Brasil. Sua premissa de que a atuação política dos bispos sob os militares foi mais complexa do que a divisão rígida entre *progressistas e conservadores* passou a inspirar novas pesquisas sobre o episcopado brasileiro, das quais o livro *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem* (2014) se destaca. Baseado na dissertação de mestrado do autor, defendida no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2010, o livro chama a atenção para a complexidade da atuação da Igreja e dos bispos, com foco na análise da produção da comunidade de informações sobre o episcopado católico progressista, sobretudo a partir de meados dos anos 1970. Além de questionar o “estereótipo de bispo-herói” que se consagrou numa determinada memória da CNBB sobre a ditadura, Paulo Gomes aponta um aspecto que, em geral, aparece pouco nas análises sobre os bispos *progressistas*: suas divergências quase inexistentes em temas de cunho ético-moral, como o aborto e o divórcio. Ao mesmo tempo, o autor detalha os esforços da comunidade de informações em depreciar a imagem dos bispos *progressistas* e enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional^{XIX}.

Nesse sentido, como os trabalhos de Serbin e Paulo Gomes demonstraram, a atuação política da Igreja Católica nos anos em que o Brasil esteve sob ditadura não se deu de maneira homogênea. Não houve uma adesão unânime de toda a hierarquia católica às propostas de mudança do Vaticano II nem às críticas da CNBB ao regime militar. No entanto, às vezes, a ênfase constante nas oposições entre a Igreja e a ditadura tende a ofuscar a complexidade das relações entre os bispos e os militares. Esse aspecto está presente na nota da CNBB de 2014, mas também ganhou espaço na literatura sobre o tema que, até a década de 1980, ficou marcada por sua simpatia pela “Igreja dos pobres” e pelo oposicionismo de alguns de seus membros. É possível identificar essa tendência até hoje. Uma rápida mirada nas teses e dissertações sobre a Igreja na ditadura, produzidas após a publicação de *Diálogos na Sombra* em 2001, aponta a prevalência de estudos sobre as narrativas heroicas dos homens e mulheres da Igreja que resistiram ao regime. Dom Hélder e dom Arns, por exemplo, são um dos personagens mais estudados. Os bispos das regiões Norte e Nordeste também são os mais lembrados por terem se engajado nas críticas à desigualdade social e ao plano de desenvolvimento econômico dos militares, bem como na defesa dos direitos dos povos indígenas, da democracia e dos direitos humanos. Nos últimos anos, o interesse pelos bispos anticomunistas, como dom Geraldo Sigaud e dom Antônio de Castro Meyer, cresceu e rendeu reflexões importantes sobre a força do pensamento conservador entre parte do episcopado^{xx}. Porém, para compreender melhor a atuação da Igreja durante a ditadura, é preciso ir além das análises sobre os bispos ditos progressistas e conservadores. Não são poucos os membros do episcopado brasileiro que foram nem contra nem a favor do regime – muito pelo contrário. Ao longo de todo o período ditatorial, muitos tiveram idas e vindas nas suas relações com os militares; outros preferiram não se pronunciar sobre o regime ou foram indiferentes a ele. Tais comportamentos escapam ao binômio

progressista x conservador e merecem estudos mais aprofundados, com vistas à melhor compreensão das zonas cinzentas^{xxi} ocupadas por vários membros do clero católico ao longo da ditadura.

Outro aspecto que merece a atenção daqueles que se interessam pelos estudos da Igreja na ditadura diz respeito à periodização da atuação da instituição desde o golpe até a redemocratização. É consenso entre os pesquisadores que, durante os primeiros anos do regime (1964-1968), a maior parte da hierarquia católica manteve-se reticente diante dos militares, evitando criticar o governo diretamente e confrontando os generais-presidentes apenas quando os membros do clero eram atingidos. O período em que a CNBB esteve sob a liderança de dom Agnelo Rossi, arcebispo de São Paulo (1964-1970) com perfil conservador, é tomado como representativo de um momento em que a Igreja Católica buscou se afastar de debates políticos e desencorajar as organizações laicas da juventude católica. Essa perspectiva aponta o ano de 1968 como um momento de virada da Igreja em relação ao regime em razão da decretação do Ato Institucional nº5, que mereceu as críticas de bispos católicos que se posicionaram contra "arbitrariedades e violações da integridade física e moral daqueles que divergiam dos militares"^{xxii}. De fato, em documento divulgado em fevereiro de 1969, o episcopado defendeu o direito de expressão e o direito à informação, e atribuiu aos militares a responsabilidade pelo aumento da radicalização política^{xxiii}. Desde então, a Igreja passaria a fazer críticas cada vez mais duras ao regime e se firmou como um dos poucos espaços que permitiam o exercício de uma resistência democrática. Essa perspectiva não está equivocada, mas não se deve ignorar outros comportamentos dos membros do episcopado que não passaram pela resistência justamente no período de maior repressão da ditadura. Nesse sentido, seria interessante se houvesse mais pesquisas que aprofundassem as análises sobre manifestações de valores comuns entre os militares e a hierarquia católica,

como no caso da atuação do clero do Santuário Nacional de Aparecida nas comemorações do Jubileu de 250 anos da Padroeira (1967) e do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)^{xxiv}.

A memória da CNBB depois de 1979

A prevalência de pesquisas sobre a resistência católica contra a ditadura encontra respaldo, entre outros aspectos, na persistente dificuldade de parte da sociedade e da própria Igreja Católica em lidar com a memória do período autoritário sem as lentes que certo mito resistencialista impõe. Segundo Daniel Aarão Reis, a partir de 1979, ano da anistia e da revogação dos Atos Institucionais, teve início um longo processo de transição democrática que formulou uma memória baseada na ideia de que a ditadura teria sido uma imposição dos militares, de cima para baixo, contra a vontade de todos^{xxv} – inclusive da Igreja. Varreu-se para debaixo de grosso tapete o apoio de vários segmentos sociais ao regime. Em um primeiro momento, esse processo beneficiou as esquerdas que puderam recuperar a sua honra após a derrota melancólica de 1964. Porém, como efeito adverso, notórias lideranças civis de direita, que ajudaram a construir e sustentaram longamente a ditadura, também foram beneficiadas pela imposição de uma divisão clara entre sociedade e regime^{xxvi}. Assim, no processo de transição democrática iniciada em 1979, a sociedade se apresentou como vítima do autoritarismo dos militares e, ao mesmo tempo, resistente, desde o golpe, à ditadura.

Da mesma forma, podemos dizer que 1979 foi um ano muito importante para a construção da memória da CNBB sobre a ditadura. Com o avanço do processo de abertura, a partir de 1979, as relações entre a Igreja Católica e os militares começaram gradativamente a melhorar. O declínio das prisões políticas e da tortura, a anistia e a reforma partidária levaram os bispos a aumentarem seu apoio

a algumas iniciativas do governo durante a longa transição democrática. Porém, no início dos anos 1980, era cada vez mais evidente que a Igreja Católica não era mais o elo que unia as esquerdas brasileiras, sobretudo após os esforços da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) na defesa das liberdades civis e da criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980^{xxvii}. Entretanto as críticas, ainda que menos vigorosas, continuaram sendo feitas, principalmente no que se referiu à consolidação do regime democrático. A CNBB, presidida por dom José Ivo Lorscheiter, procurou manter a sua linha de atuação, mas sofreu com as iniciativas da Santa Sé no sentido de enquadrar os bispos mais progressistas.

Era o início de um longo recesso que a Teologia da Libertação passaria a viver, sobretudo, após a queda do muro de Berlim e a derrocada do sistema socialista na Europa Central em 1989^{xxviii}. Sob esse aspecto, a III Conferência do Episcopado Latino-Americano, ocorrida no início de 1979, em Puebla, no México, é bastante emblemática. Na reunião, embora tenha sido aprovado um texto que reforçava o apelo dos bispos pelo estado de direito no Brasil, começou a haver também o refreamento dos ânimos combativos dos religiosos mais exaltados. Esse movimento foi impulsionado pela ascensão de João Paulo II, um declarado anticomunista, que, junto ao então prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Joseph Ratzinger, restringiu o espaço de liberdade e criatividade teológica. Sob Karol Wojtyła e Ratzinger, os principais formuladores da Teologia da Libertação, como Leonardo Boff e Gustavo Gutiérrez, sofreram reprimendas severas da Santa Sé e publicações mais progressistas foram censuradas.

Foi justamente nesse momento que parte da CNBB, enquadrada pelo Vaticano e pressionada por partidos e movimentos sociais, inventou a “sua honra e seu futuro”^{xxix}, ao galvanizar na memória da Igreja Católica um espírito de oposição engrossada por novos grupos que se afastavam de uma ditadura cada

vez mais impopular. Assim, a CNBB, aliando-se a outros segmentos sociais, sobretudo profissionais liberais, trabalhadores assalariados e setores intelectualizados, abençoou a ideia de que a sociedade brasileira teria sido a vítima coletiva da ditadura. Ao mesmo tempo, a entidade ajudou a conformar a perspectiva da “resistência democrática” como uma vocação partilhada por grupos política e ideologicamente distintos^{xxx}. Assim, embora derrotada no campo institucional, a Igreja da Libertação pôde ressurgir vitoriosa nas batalhas de memória sobre a ditadura no Brasil. Afinal, a memória institucional vencedora é a de que a Igreja Católica brasileira, como um todo, foi contra o regime militar, defensora dos direitos humanos e o único espaço de atuação das oposições ao regime.

Infelizmente, a existência de uma forte influência da historiografia confessional na abordagem dos principais temas da história da Igreja Católica no Brasil e do catolicismo contemporâneo demorou a compreender melhor esse processo. Não faltam biografias, teses e dissertações muito simpáticas à Teologia da Libertação, que buscam resgatar narrativas e memórias de certas figuras eclesásticas, bastante emblemáticas do período ditatorial, contribuindo – às vezes sem intenção – para a construção de uma memória institucional, em vez de uma perspectiva crítica sobre o passado da hierarquia católica^{xxxI}. De acordo com Jessie Jane Vieira de Sousa, não são poucos os trabalhos que “partem da premissa de que as memórias dos ícones do catolicismo têm poder para revelar uma suposta verdade na qual, a despeito do que chamam de ‘descaminho’ imposto pelo papa João Paulo II, a Igreja da Teologia da Libertação teve papel profético na luta contra a ditadura”^{xxxII}. Assim, é muito comum observar determinadas análises que tendem a reforçar a memória da CNBB sobre a ditadura, ao se mostrarem mais preocupadas em defender a legitimidade e a atualidade de um cristianismo progressista do que em propor uma reflexão sobre as complexas relações que a

Igreja Católica manteve com a ditadura civil-militar – e ainda mantém com governos autoritários no tempo presente.

Considerações: CNBB, memória e tempo presente

Nos últimos anos, a CNBB, de fato, assumiu uma posição bastante crítica às desigualdades sociais e não se omitiu diante da crise que resultou no *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e das reformas impopulares levadas a cabo por Michel Temer^{xxxiii}. A eleição de Jair Bolsonaro, defensor da ditadura e de seus torturadores, deu novo impulso à luta dos bispos contra o autoritarismo e isso se refletiu na memória da CNBB sobre o regime militar. Além disso, a eleição do papa Francisco, em 2013, impulsionou a abertura de vários bispos ao debate sobre temas até então considerados tabu pela cúpula católica, como os direitos da população LGBTQIA+, e confirmou a posição dos religiosos mais progressistas em relação à justiça social e à defesa do meio ambiente. Porém, o pontificado de Francisco também serviu à reafirmação de uma determinada memória da Igreja Católica latino-americana que privilegia a resistência da hierarquia eclesial às ditaduras que dominaram o continente ao longo do século XX^{xxxiv}.

Sob esse aspecto, uma matéria jornalística divulgada em junho de 2018 é bastante sintomática. A reportagem feita por Gerson Camarotti – e reproduzida pelo Portal G1 por Tereza Carneiro – trouxe a notícia de que telegramas do Departamento de Estado Americano e relatórios da CIA (Agência de Inteligência dos Estados Unidos) revelaram que o governo norte-americano acompanhou durante quase duas décadas a tensa relação entre a ditadura civil-militar brasileira e a cúpula da Igreja Católica no país^{xxxv}. Os documentos a que a GloboNews teve acesso não eram inéditos e não revelavam nenhum fato novo. Porém, reforçavam uma perspectiva já consagrada pela memória da CNBB e por

parte da historiografia segundo a qual a Igreja Católica tinha sido uma das principais adversárias do regime militar. A matéria também retomava a trajetória de alguns cardeais, como dom Helder, dom Arns e dom Aluísio Lorscheider, que haviam denunciado torturas e violações dos direitos humanos durante a ditadura e celebrava a resistência democrática encampada pela Igreja Católica.

Segundo o então secretário-geral da CNBB, dom Leonardo Steiner, ouvido por Camarotti, a revelação dos documentos servia como reflexão para que a história não se repita. Para dom Steiner, lembrar a história da Igreja resistente servia para que as novas gerações que não conhecem a história da ditadura não se deixassem enganar pelos pedidos de volta dos militares ao poder. Nesse sentido, a CNBB parece compartilhar da ideia de que estudar história é aprender com as lições do passado no sentido de não cometer os mesmos erros já praticados^{xxxvi}. A CNBB estaria assumindo a perspectiva da história como mestra da vida; propondo uma leitura da história da Igreja como uma grande *Legenda Aurea* na qual todos deveriam seguir, espelhando-se no exemplo dos grandes homens que combateram a ditadura no passado e inspiram a luta contra o autoritarismo no presente. Mas será mesmo que o apoio de tantos segmentos sociais, inclusive de católicos, ao autoritarismo no presente se deve à ausência de *bons exemplos* e grandes santos?

Conforme aponta Caroline Silveira Bauer, a memória da ditadura se constitui em objeto de constante disputa, uma vez que a memória sofre mudanças dependendo do presente que está articulada, interagindo com os interesses políticos e preocupações do momento de sua enunciação^{xxxvii}. Estamos passando, sem dúvida, por um ciclo memorial em que aquela memória de centro-esquerda que valorizava o mito da sociedade resistente – tão questionada por Daniel Aarão Reis e outros historiadores e historiadoras no início dos anos 2000 – não é mais predominante. A propósito, é possível dizer que a memória de uma Igreja resistente

não é mais predominante nem mesmo entre os bispos. Nas eleições de 2018 e de 2022, muitos preladados embarcaram na candidatura de Bolsonaro e vocalizaram críticas internas em relação à gestão do cardeal Sérgio da Rocha, que dirigiu a CNBB entre 2015 e 2019 e era considerado um bispo progressista^{xxxviii}.

O atual ciclo de memória sobre o passado ditatorial, marcado pela crise política crescente desde o último governo de Dilma Rousseff e a ascensão de governantes de extrema direita – tão saudosistas da ditadura –, não deveria colocar instituições como a CNBB apenas na defensiva. É preciso ir além e reconhecer a complexidade da relação estabelecida entre sociedade e ditadura, bem como os silêncios e esquecimentos relacionados à maneira que a Igreja Católica se relaciona com esse passado. Em 2014, apesar do reconhecimento tímido das complacências, venceu a memória da resistência. Aquela que soube incensar a imagem de algumas figuras, como dom Helder e dom Arns, como se eles sintetizassem a luta de toda a Igreja Católica pela dignidade humana desde o início da ditadura. O problema é que, entre estes valentes defensores dos direitos humanos, puderam comparecer, confortavelmente, outras lideranças eclesásticas, que apoiaram o golpe ou foram indiferentes à ditadura – como é o caso do cardeal dom Eugênio Salles^{xxxix} e de dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta^{xl}. Daí a importância de resgatar as complexas relações que a Igreja manteve com a ditadura civil-militar, como um necessário contraponto a uma memória cristalizada e, por vezes, mitificada, que setores católicos, sobretudo ligados à Teologia da Libertação, consagram^{xli}.

Em outras palavras, o que se propõe aqui é que, ao saudar as lutas políticas do presente, não se deve deixar de olhar o passado a partir de uma perspectiva crítica. É preciso considerar a complexidade do social para tentarmos entender não só os meandros da construção da memória da Igreja Católica sobre a ditadura civil-militar, mas também as posições adotadas pelo clero católico no

presente. Não se nega a importância política fundamental dos homens e mulheres, leigos e clérigos, que lutaram contra a ditadura e defenderam uma Igreja com opção preferencial pelos pobres. Também não se espera que hoje, bispos e padres vistam panos de saco e, com cinzas na cabeça, saiam pelas ruas a pedir perdão pelos seus pecados. No entanto, também não se pode deixar que a memória permaneça entronizada em altares adornados por rasas simplificações.

Notas

^I CNBB. CNBB divulga declaração sobre os 50 anos do golpe civil-militar. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/declaracao-por-tempos-novos-com-liberdade-e-democracia/> Acesso em: 9 dez. 2023.

^{II} Cf. PERLATTO, Fernando. Variações do mesmo tema sem sair do tom: imprensa, Comissão Nacional da Verdade e a Lei da Anistia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 78 – 100, maio/ago. 2019.

^{III} O processo de beatificação e canonização de dom Helder foi aberto pela Igreja pernambucana em 2014 e a fase arquidiocesana foi concluída em 2018. Em 2022, no encerramento do 18º Congresso Eucarístico Nacional, a Santa Sé anunciou a validação jurídica de todo o material enviado a Roma. Em julho de 2023, o Dicastério das Causas dos Santos comunicou que nomeou o monsenhor espanhol Melchor José Sanchez de Toca y Alameda como relator da Positio do processo de dom Helder Câmara. Embora também tenha sido aberto em 2014, o processo de dom Luciano está menos adiantado. A fase arquidiocesana foi encerrada em 2018, mas ainda aguarda o parecer do Vaticano.

^{IV} Nos anos 1980, os trabalhos de Helena Salem (1981), Marcos de Castro (1984) e Sérgio Bernal (1989) se destacam ao focar suas análises na oposição da Igreja Católica ao regime militar.

^V CNBB. CNBB divulga declaração sobre os 50 anos do golpe civil-militar. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/declaracao-por-tempos-novos-com-liberdade-e-democracia/> Acesso em: 9 dez. 2023.

^{VI} COSTA, Célia Maria Leite, PANDOLFI, Dulce Chaves, SERBIN, Kenneth. **O bispo de Volta Redonda**: memória de dom Waldyr Calheiros. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 77-78.

^{VII} SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Companhia das Letras: São Paulo, 2001. p. 102-103.

^{VIII} Cf. PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A.; DALE, Romeu (Orgs.). **As relações Igreja-Estado no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1986.

^{IX} BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. 7 ed. Campinas: Papyrus, 2005. p. 74-82.

^X O mesmo traço laudatório está presente na mais recente biografia de dom Paulo Evaristo Arns lançada em 2013. Ver: CARVALHO, Ricardo. **O Cardeal da resistência**: As muitas vidas de dom Paulo Evaristo Arns. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013.

- ^x COMBLIN, José; PINHEIRO, José; PUTRICK, Maria Bernarda. **Dom Helder**: pastor e profeta. São Paulo: Paulinas, 1983. p. 118.
- ^{xii} Para uma análise mais aprofundada do discurso de posse de dom Hélder Câmara na arquidiocese de Recife, ver: SILVA, Wellington Teodoro da. **Catolicismo e golpe de 1964**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018, p. 52-59.
- ^{xiii} GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 246.
- ^{xiv} SERBIN, op.cit., p. 104.
- ^{xv} PILETI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara**: entre o poder e a profecia. Ática: São Paulo, 1997. p. 404.
- ^{xvi} GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 42.
- ^{xvii} SERBIN, op.cit., p. 155-156.
- ^{xviii} Ibidem, p.421.
- ^{xix} GOMES, op.cit., p. 196-197.
- ^{xx} Sobre dom Geraldo Sigaud e dom Antônio de Castro Meyer, ver: CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da tradição**: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II. Curitiba: CRV, 2011; MÉRIDA, Vinícius Couzzi. **O Concílio Vaticano II, Dom Antônio de Castro Mayer e a Diocese de Campos**: Resistência e Cisma. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Faculdade Unida, Vitória-ES.
- ^{xxi} Inspirado em Primo Levi, conhecido escritor italiano que sobreviveu a Auschwitz, Pierre Laborie (2010) sugeriu a análise de zonas cinzentas nas quais a maioria dos franceses vivenciou os anos da ocupação e de Vichy de maneira ambivalente, entre apoio e rejeição, conforme as circunstâncias. No Brasil, tal perspectiva auxiliou as reflexões de historiadoras, como Denise Rollemberg (2010), Samantha Viz Quadrat (2010) e Janaina Martins Cordeiro (2015) em pesquisas sobre as complexas relações entre a ditadura civil-militar e a sociedade brasileira.
- ^{xxii} GOMES, op.cit., p. 52.
- ^{xxiii} MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 130.
- ^{xxiv} Cf. MATHIAS, Mathews Nunes. **Nossa Senhora da ditadura**: o Santuário Nacional de Aparecida e o regime militar (1963-1972). 2023. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023. 206p.
- ^{xxv} Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) **O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Edusc, 2004. p. 29-52; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.
- ^{xxvi} AARÃO REIS, Daniel. Passado, presente e futuro da ditadura no Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel; SILVEIRA, Diego Omar (orgs.). **À sombra das ditaduras - Brasil e América Latina**. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2014b. p. 8.
- ^{xxvii} GOMES, op.cit., p.77.
- ^{xxviii} LIBANIO, João Batista. **Teologia em revisão crítica**. Horizonte. Belo Horizonte, v. 11, n. 32, 2013. p. 1333.

^{xxxix} ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 64 e o regime militar**. Novas perspectivas. São Carlos: Edufscar, 2006. p. 81-92.

^{xxx} NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, maio-ago. 2017, p. 359.

^{xxxI} TOURIS, Claudia F. Iglesia católica, dictaduras y memorias en conflicto en Brasil y Argentina. **Archives de sciences sociales des religions**. nº 170, 2015, p. 99.

^{xxxII} SOUSA, Jessie Jane Vieira de. "Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil." Passagens: **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 3, n. 2, 2011, p.205.

^{xxxIII} Em dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), organismo da CNBB, divulgou uma nota com críticas às motivações do Congresso. Ver: CBJP. CBJP divulga nota sobre a decisão de acolhida do pedido de impeachment contra a presidente Dilma. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/cbjp-divulga-nota-sobre-sobre-a-decisao-de-acolhida-de-pedido-de-impeachment-contr-a-presidente-dilma/> Acesso em: 14 dez. 2023. Em 2017, a CNBB assinou uma Nota Pública criticando o projeto de Reforma Trabalhista encampada pelo governo Temer. Ver: CNBB. Reforma Trabalhista: CNBB assina nota com outras entidades criticando o projeto. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/reforma-trabalhista-cnbb-assina-nota-com-outras-entidades-criticando-o-projeto/> Acesso em: 14 dez. 2023.

^{xxxIV} Sobre o impacto do pontificado de Francisco nos debates sobre a memória da ditadura na América Latina, ver: TOURIS, Claudia F. Iglesia católica, dictaduras y memorias en conflicto en Brasil y Argentina. **Archives de sciences sociales des religions**. nº 170, 2015.

^{xxxV} CAMAROTTI, Gerson; CARNEIRO, Tereza. **Relatórios citam tensão entre militares e a Igreja durante a ditadura no Brasil**. G1, 8 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2018/06/08/governo-dos-eua-acompanhou-relacao-entre-militares-e-a-igreja-durante-a-ditadura-no-brasil.ghtml> Acesso em: 13 dez. 2023.

^{xxxVI} Sobre os usos públicos do passado e sobre o esvaziamento de sentido da história como mestra da vida na cultura histórica contemporânea, ver: GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de 'Depois de aprender com a história', o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: editora da FGV, 2011. p.25-42; BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia História**, v. 32, n. 60, p. 807-835, set. 2016.

^{xxxVII} BAUER, Caroline Silveira. La ditadura cívico-militar brasileña em los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones Internacionales**, n. 57, 2019.

^{xxxVIII} Para uma reflexão mais aprofundada sobre a relação da Igreja Católica com o governo Bolsonaro, ver: CAMURÇA, Marcelo. A relação do catolicismo com o governo Bolsonaro: entre o apoio dos setores conservadores e a crítica das instâncias institucionais

e dos movimentos progressistas. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 207-234, 2023.

^{xxxix} Sobre o papel controverso de dom Eugênio Sales na defesa dos direitos humanos, ver: SOUSA, op. cit., 2011; SERBIN, op.cit., 2001; CAMPANHOLLO, Bárbara Geromel. **Antes do refúgio: a história não contada da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro**. 2019. 248 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói; FERNANDES ALÓ, W. Pastor dos bons e dos maus: o Cardeal Dom Eugênio Sales e a rede de proteção carioca aos exilados sul-americanos durante as ditaduras de segurança nacional (1978-1982). **III Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX**, 9 al 11 de noviembre de 2016, Santiago de Chile, Chile. Agendas, problemas y perspectivas conceptuales. En Memoria Académica. Disponible en: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.9310/ev.9310.pdf

^{xl} MATHIAS, Mathews Nunes. **Nossa Senhora da ditadura: o Santuário Nacional de Aparecida e o regime militar (1963-1972)**. 2023. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023. p. 64-86.

^{xli} SOUSA, op.cit., p. 206.

Referências

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

AARÃO REIS, Daniel. Passado, presente e futuro da ditadura no Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel; SILVEIRA, Diego Omar (orgs.). **À sombra das ditaduras – Brasil e América Latina**. Ied. Rio de Janeiro: Mauad, 2014b.

AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) **O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Edusc, 2004; p. 29-52.

BAUER, Caroline Silveira. La ditadura cívico-militar brasileña em los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones Internacionales**, n. 57, 2019.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia História**, v. 32, n. 60, p. 807-835, set. 2016.

BERNAL, Sérgio. **CNBB – da Igreja da cristandade à Igreja dos pobres**. São Paulo: Loyola, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. *Sobre a teoria da ação*. 7 ed. Campinas: Papirus, 2005.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II**. Curitiba: CRV, 2011.

CASTRO, Marcos de. **64: Conflito Igreja x Estado**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CAMAROTTI, Gerson; CARNEIRO, Tereza. Relatórios citam tensão entre militares e a Igreja durante a ditadura no Brasil. G1, 8 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2018/06/08/governo-dos-eua-acompanhou-relacao-entre-militares-e-a-igreja-durante-a-ditadura-no-brasil.ghtml> Acesso em: 3 mar. 2023.

CAMPANHOLO, Bárbara Geromel. **Antes do refúgio: a história não contada da Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro**. 2019. 248 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CAMURÇA, Marcelo. A relação do catolicismo com o governo Bolsonaro: entre o apoiados setores conservadores e a crítica das instâncias institucionais e dos movimentos progressistas. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 207-234, 2023.

CARVALHO, Ricardo. **O Cardeal da resistência: As muitas vidas de dom Paulo Evaristo Arns**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013.

CNBB. CNBB divulga declaração sobre os 50 anos do golpe civil-militar. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/declaracao-por-tempos-novos-com-liberdade-e-democracia/> Acesso em: 17 fev. 2023.

COMBLIN, José; PINHEIRO, José; PUTRICK, Maria Bernarda. **Dom Helder: pastor e profeta**. São Paulo: Paulinas, 1983.

FERNANDES ALÓ, Walter Angelo. Pastor dos bons e dos maus: o Cardeal Dom Eugênio Sales e a rede de proteção carioca aos exilados sul-americanos durante as

ditaduras de segurança nacional (1978-1982). III Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX, 9 al 11 de noviembre de 2016, Santiago de Chile, Chile. Agendas, problemas y perspectivas conceptuales. **En Memoria Académica**. Disponible en: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.9310/ev.9310.pdf

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de 'Depois de aprender com a história', o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: editora da FGV, 2011.

LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz (org.). **A construção social dos regimes autoritários**. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, vol. 1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LIBANIO, João Batista. Teologia em revisão crítica. **Horizonte**. Belo Horizonte, v. 11, n. 32, 2013. p.1328-1356.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MATHIAS, Mathews Nunes. **Nossa Senhora da ditadura: o Santuário Nacional de Aparecida e o regime militar (1963-1972)**. 2023. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023. 206p.

MÉRIDA, Vinícius Couzzi. **O Concílio Vaticano II, Dom Antônio de Castro Mayer e a Diocese de Campos: Resistência e Cisma**. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Faculdade Unida, Vitória-ES.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017.

PILETI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia.** Ática: São Paulo, 1997.

PERLATTO, Fernando. Variações do mesmo tema sem sair do tom: imprensa, Comissão Nacional da Verdade e a Lei da Anistia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 78 - 100, maio/ago. 2019.

PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A.; DALE, Romeu (Orgs.). **As relações Igreja-Estado no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, Sérgio Henrique da. **Entre a cruz e a espada: relações diplomáticas entre a ditadura militar brasileira e o Vaticano (1964-1977).** Dissertação (mestrado) – UFRJ /IFCS/ Programa de Pós-graduação em História Social, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.) **O golpe de 1864 e o regime militar: novas perspectivas.** São Carlos: EdUFSCAR, 2006. p. 81-91.

SALEM, Helena (Coord.). **A Igreja dos oprimidos.** São Paulo: Brasil Debates, 1981.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura.** Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. "Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil." **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 3, n. 2, 2011, p. 203-216.

SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. **Dom Paulo Evaristo Arns, um homem amado e perseguido.** Petrópolis: Vozes, 1999.

TOURIS, Claudia F. Iglesia católica, dictaduras y memorias en conflicto en Brasil y Argentina. **Archives de sciences sociales des religions**. n. 170, 2015, p. 97-115.

Recebido: 15/12/2023

Correções: 20/02/2024

Aceito: 20/03/2024